



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Ciências Sociais

Departamento de Sociologia

SAMIRA GHAZI ABDEL QADER JABER

Uma análise da prática da circuncisão feminina e masculina

Brasília – DF

2025

SAMIRA GHAZI ABDEL QADER JABER

Uma análise da prática da circuncisão feminina e masculina

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao curso de Sociologia
para a obtenção do grau em
Bacharel da Universidade de
Brasília como exigência de
aprovação em Prática de Pesquisa
2.

Professor Orientador: Prof. Dr. Eurico Antônio Gonzalez Cursino dos Santos

Brasília, DF
2025

Ao meu pai, Ghazi. Carrego você em meu coração e encontro forças para seguir em memórias maravilhosas que compartilhamos, enquanto foi possível. Eu conheci o amor através de você.

Agradecimentos

Tenho aprendido a cada dia com a vida sobre a importância de ter pessoas maravilhosas ao nosso lado, que nos amam pelo que somos. Sem essas pessoas, muitas das minhas conquistas, como a realização desta monografia, não seriam possíveis. Por isso, quero agradecer especialmente a algumas pessoas que têm sido fundamentais para mim.

A minha irmã, Cíntia, que tenho a alegria de chamar de amiga também, e que me deu forças nos momentos mais difíceis durante a escrita dessa monografia. Você me inspira e eu te admiro profundamente. Que sorte a minha em te ter como irmã e amiga.

A minha parceira de vida, Ana Paula, que está comigo desde a pré-escola e sempre me apoiou. Eu te amo imensamente e desejo que continuemos a nos inspirar e seguir celebrando nossas conquistas juntas.

A minha mãe, Ana Maria, que sem ela, definitivamente, nada disso seria possível. Sou grata por cada sacrifício e por todo o amor e cuidado que sempre me deu.

Agradeço também à Sofia, que, embora tenha chegado recentemente à minha vida, já se tornou uma pessoa muito especial. Que bom que você está aqui para celebrarmos juntas este momento. Te acho incrível e inspiradora.

A todas essas pessoas maravilhosas, eu amo vocês.

Ao meu orientador, Eurico Antônio Gonzalez Cursino dos Santos, pela paciência, disponibilidade e por me guiar com suas sábias ponderações, permitindo-me exercer minha liberdade durante a pesquisa e seguir intuitivamente, sem barreiras que comprometessem a fluidez deste trabalho.

E, por fim, quero lembrar das pessoas que passaram pela minha vida e, por diversos motivos, não estão mais presentes. Independentemente dos caminhos que tomaram, todas foram essenciais para a pessoa que sou hoje, e sou grata por tudo o que aprendi com elas.

RESUMO

O trabalho presente visa abordar o tema da circuncisão feminina e da circuncisão masculina e o modo como essas práticas são percebidas e gerenciadas em níveis políticos, econômicos, sociais e médicos. Serão analisados alguns estudos sobre a prática de circuncisão feminina e circuncisão masculina a fim de elaborar uma discussão sobre o caráter regulador dessas práticas no que se refere a sua importância cultural, social, religiosa e política. O intuito deste estudo é também mostrar que a prática de circuncisão feminina é ordinariamente tida como uma forma de violência de gênero e resumida, assim, à uma prática estritamente voltada ao controle e domínio. Algo que se assemelha à prática de circuncisão masculina, que como veremos, possui uma maior flexibilização e um debate não tão autocentrado quanto o que ocorre sobre a circuncisão feminina.

Palavras chaves: Circuncisão feminina, circuncisão masculina, mutilação genital, direitos humanos, cultura.

ABSTRACT

This paper aims to address the issue of female and male circumcision and the way these practices are perceived and managed at political, economic, social and medical levels. Some studies on the practice of female and male circumcision will be analyzed in order to develop a discussion on the regulatory nature of these practices with regard to their cultural, social, religious and political importance. The aim of this study is also to show that the practice of female circumcision is ordinarily considered a form of gender violence and is therefore reduced to a practice strictly focused on control and domination. This is similar to the practice of male circumcision, which, as we will see, is more flexible and the debate is not as self-centered as that which occurs on female circumcision.

Key words: Female circumcision, male circumcision, genital mutilation, human rights, culture.

Sumário

1. Introdução	8
2. Circuncisão feminina	9
3. Circuncisão masculina	11
4. Circuncisão em nome da Lei.....	13
5. Circuncisão em nome da tradição	18
6. Circuncisão em nome da Medicina.....	26
4. Conclusão	30
5. Referências Bibliográficas.....	31

1. Introdução

Quando pensamos sobre o que seria a circuncisão é bem provável que o direcionamento para responder a essa pergunta esteja vinculado com a prática da circuncisão masculina. No entanto, a circuncisão também ocorre no campo feminino. Há um debate extenso entre circuncisão masculina e circuncisão feminina. Enquanto práticas que estão ligadas às condições culturais de uma comunidade, com implicações em níveis políticos e econômicos, existe uma questão ética envolta do tema do olhar estigmatizado para a circuncisão feminina e circuncisão masculina. O termo utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para referir-se à prática de circuncisão feminina, mutilação genital feminina, carrega uma dimensão política sobre a prática, isto é, considerando um ato de violência e lesão contra os corpos de mulheres. Entretanto, a ONU não classifica a prática de circuncisão masculina como uma mutilação genital o que nos levanta questionamentos como, o porquê da diferenciação na forma como essas práticas são tratadas e quais suas implicações sociais?

Evidentemente, em vista do tema da circuncisão feminina, existem questões éticas que envolvem a saúde das mulheres, a liberdade e o direito sobre o próprio corpo, que também recai sobre a circuncisão masculina. Não obstante, existem vários aspectos de ordem social e cultural que atravessam o sujeito circuncidado, atribuindo um valor simbólico a essa prática que supera a perspectiva de violência, pois está associado muitas das vezes à própria cosmovisão que abrange o sujeito. Desse modo, este trabalho pode ser entendido como uma análise da prática de circuncisão feminina e masculina em paralelo ao conceito de mutilação genital feminina e mutilação genital masculina, indicando um conflito político e ideológico.

Ao longo deste trabalho, utilizarei o termo “circuncisão feminina” e “circuncisão masculina” para me referir à prática, evitando o uso do termo “mutilação”, uma vez que este carrega uma conotação de estigmatização. O termo “mutilação” será empregado apenas de forma explicativa, para esclarecer o conceito.

O método de pesquisa adotado para elaboração deste trabalho consistiu em uma análise bibliográfica de artigos e obras variadas sobre o tema da circuncisão feminina. Para a análise da circuncisão masculina, a obra principal utilizada foi *Understanding Circumcision - A Multi-Disciplinary Approach to a Multi-Dimensional Problem*, que serviu como referência central para a discussão sobre a prática.

2. Circuncisão feminina

A circuncisão feminina, também conhecida como “mutilação genital feminina” é uma prática cultural que pode simbolizar um rito de passagem. Tal prática é realizada em diversas regiões do mundo, mas sua maior concentração está localizada em alguns países africanos. O termo “mutilação genital feminina”, carrega consigo um caráter discriminatório. Ao longo da pesquisa realizada sobre circuncisão, tanto feminina quanto masculina, foi possível notar que a utilização do termo “mutilação” é um recurso linguístico que carrega consigo um caráter de denúncia. No levantamento bibliográfico realizado, o uso desse termo sempre esteve vinculado com um discurso de não aceitação da prática e da necessidade dela ser controlada ou completamente extinguida.

Em exemplificação, a Organização das Nações Unidas, faz uso do termo “mutilação genital feminina”. A prática é criticada por ser considerada uma violação dos direitos humanos. Dessa forma, passa a ser estruturado campanhas de intervenção à prática tendo como objetivo a sua completa eliminação. Essas intervenções, bem como os discursos que atuam contra a prática, não levam em consideração o fato de que a circuncisão feminina faz parte de dinâmicas culturais que expressam as vivências e subjetividade do indivíduo. O discurso contra a circuncisão feminina é embasado nos riscos de complicações imediatas e de longo prazo na saúde psicológica, obstétrica, genital, sexual e reprodutiva das mulheres.

A ONU identifica quatro tipos principais do que ela chama de “mutilação genital feminina”. Trata-se de quatro tipos de cortes que variam em gravidade, sendo a infibulação, a forma mais severa de corte.

Tipo I: Clitoridectomia, consiste na remoção parcial ou total da glande do clítoris e/ou prepúcio.

Tipo II: Excisão, remoção parcial ou total da glande do clítoris e dos pequenos lábios, podendo incluir também a excisão dos grandes lábios. A quantidade de tecido removido pode variar de uma comunidade para outra.

Tipo III: Infibulação, procedimento que envolve o estreitamento do orifício vaginal com vedação de cobertura. Isso é realizado cortando e reposicionando os pequenos e/ou grandes lábios, podendo ou não incluir a remoção da glande/prepúcio do clitóris.

Tipo IV: Engloba todos os outros procedimentos prejudiciais à genitália feminina para fins não médicos. Isso pode incluir piercings, incisões, raspagens ou cauterizações.

O uso do termo “mutilação genital feminina” por órgãos como: a ONU, o Fundo de População das Nações Unidas e o Fundo das Nações Unidas para as crianças, tem como objetivo principal enfatizar a perspectiva dos direitos humanos sobre o assunto. Partindo dessa lógica, pensar o corpo humano é pensar em um corpo que é tratado e entendido não apenas como um elemento biológico, mas também como uma construção social. Há uma influência das normativas sociais e culturais na forma como o corpo é experimentado, compreendido e normalizado ao longo do tempo, isso reflete em uma dinâmica de poder e controle. Essa dinâmica de controle, irá regular o que é aceitável e o que é considerado “normal” no contexto social.

Quando a circuncisão passa a ter um caráter questionável o olhar sobre ela recai a partir da perspectiva de mutilação. A escolha da terminologia usada para se referir às práticas de circuncisão feminina tende a colaborar com uma visão mais estigmatizada da mesma. Dessa forma, a importância da prática em determinadas comunidades torna-se questionável, criando uma abertura para sua marginalização, já que se distancia das normas ocidentais vigentes, ignorando, assim, aspectos do corpo e da sexualidade que são atravessados por práticas ritualísticas e de caráter identitário, como a circuncisão feminina é para comunidades como: os Kikuyus, localizada no Quênia, e os Núbios do Egito. No caso da circuncisão feminina os aspectos culturais da prática são ignorados por organizações como a ONU, que na tentativa de erradicar a prática, cria conflitos identitários dentro das próprias comunidades em que ela intervém.

Embora tanto a circuncisão masculina quanto a feminina envolvam intervenções nos órgãos genitais, elas são percebidas de formas distintas. De modo geral, práticas relacionadas à genitália feminina são frequentemente vistas pelo Ocidente como mutilação, especialmente quando se referem a rituais culturais ou religiosos. Conquanto, quando a circuncisão masculina é deslocada para o campo da medicina, ela é encarada de maneira mais positiva, já que é vista como um procedimento voltado para a saúde e

bem-estar, com o suposto objetivo de prevenir doenças e promover a saúde, como veremos mais adiante.

A percepção de que a medicina transcende as limitações culturais e geográficas é importante nesse contexto. Práticas religiosas e rituais, que são frequentemente associadas a culturas específicas, são muitas vezes vistas como limitadas, enquanto a ciência e os procedimentos tendem a ser considerados universais e neutros, sem as mesmas restrições culturais.

3. Circuncisão masculina

Para abordar o tema da circuncisão masculina, utilizarei como principal referência de estudo a obra: *Understanding Circumcision - A Multi-Disciplinary Approach to a Multi-Dimensional Problem*. A obra traz consigo dezoito capítulos e avalia a circuncisão sob diferentes perspectivas (ética, médica, cultural e legal). Cada capítulo representa um artigo que trata de formas distintas a circuncisão masculina, sendo que três deles abordam a circuncisão feminina.

O foco do questionamento em relação aos motivos que levam a realização da prática estão envolto das implicações geradas para a saúde do homem. A maioria dos estudos apontam os malefícios causados pela circuncisão masculina a médio e longo prazo. Dentre esses malefícios estão a disfunção sexual, os danos psicológicos, disforia genital, depressão, violação física e traumas que podem causar impacto no desenvolvimento do indivíduo. A prática da circuncisão masculina é constituída por fatores médicos, culturais e religiosos.

Countries that have criminalized only female circumcision fail to provide equal protection for male minors. Laws against non-therapeutic female genital cutting violate anti-discrimination legislation and contravene principles of equal protection enshrined in human rights law (2001, p.8).

O cerne da análise sobre a circuncisão masculina estabelece uma diferenciação no modo como a prática é analisada e tratada socialmente e legalmente em detrimento da circuncisão feminina. Enquanto a circuncisão feminina é criminalizada e preponderantemente vista como uma mutilação que fere os direitos humanos, a

circuncisão masculina encontra-se em um lugar de debate no qual, embora existam argumentos que justifiquem sua desnecessidade, ela é regularizada, medicalizada e sua prática se torna acessível e naturalizada.

Para além do discurso médico e legal, coexiste o discurso identitário, cultural e étnico. Como apontado na obra analisada, no capítulo dois, “Jewish Circumcision: An Enigma in Historical Perspective” de LEONARD B. GUCK. Nesse capítulo, é abordado como a prática da circuncisão masculina foi percebida e discutida entre cristãos e judeus. Para os Judeus, a circuncisão masculina é identitária e simboliza sua relação com Deus, sendo parte de um ritual físico. Já para os cristãos, ela é vista como uma mutilação corporal desnecessária. “[...] apprehension of the divine realm is granted only to men who are sexually diminished. To phrase this differently, the most complete self-fulfillment requires partial sacrifice of sexual fulfillment” (2001, p. 29-31). A maneira como o indivíduo utiliza e se relaciona com o próprio corpo, reflete significativamente os valores, normas e práticas da sociedade da qual ele pertence, sendo um reflexo das influências sociais, culturais e históricas que moldam seu comportamento e identidade.

Desse modo, percebe-se as formas de diferenciação da circuncisão masculina em relação a religião, como um rito de passagem e dentro do discurso médico. Ela pode simbolizar um contato com o divino, no caso dos Judeus, uma forma de estabelecer vínculos com a sua comunidade através dos ritos de passagem, no caso dos Kikuyus e dos Núbios, e através da medicalização se transforma a circuncisão em uma prática mais segura, pois ela passa a ser feita em um ambiente controlado e esterilizado. Dentro dessas diferenciações, existe concomitantemente um discurso contra a prática que a coloca como uma violação dos direitos humanos. Medicamente falando, existem razões para a não realização da circuncisão masculina, pois ela não traz benefícios à saúde. Os discursos que endossam a prática alegando benefícios médicos são contestados a ponto de demonstrarem que não há tais benefícios, pelo contrário, esse discurso é visto sem fundamentos científicos movido por um discurso emocionalmente carregado. A crítica principal é que a circuncisão não deveria ser realizada sem uma razão médica clara, já que a natureza do corpo humano, incluindo os órgãos genitais, é vista como adequada para suas funções sem a necessidade de modificações artificiais.

Muitas vezes a prática da circuncisão masculina é adotada visando uma “falsa” proteção à saúde que é construída através de discursos médicos e comprada de forma irracional, sem questionamentos pela maior parte dos indivíduos, que por sua vez, estimulam outros da sua comunidade a realizarem a prática, isso se dá através de uma pressão social. Sendo importante levar em consideração que, em muitos casos, a prática da circuncisão masculina é mais impulsionada por fatores sociais e culturais do que por fundamentos científicos.

Ao longo deste trabalho, observaremos as diferenças no tratamento das circuncisões feminina e masculina. Ambas as práticas envolvem modificações genitais, e ambas são questionadas em termos éticos, médicos e legais. Contudo, enquanto a circuncisão feminina é amplamente condenada, a circuncisão masculina continua sendo aceita e, em muitos casos, até incentivada. Essas disparidades levantam questões sobre a coerência ética, médica, jurídica e religiosa das abordagens.

4. Circuncisão em nome da Lei

A circuncisão feminina é amplamente reconhecida como uma grave violação dos direitos humanos, e, por essa razão, enfrenta um combate crescente em diversas formas. A deputada angolana Luísa Damião a classificou como uma violência de gênero, sugerindo que deveria ser tratada junto com outras práticas prejudiciais, como casamentos precoces e forçados. Nesse contexto, a circuncisão feminina é frequentemente abordada como "mutilação genital feminina". Damião argumenta que a erradicação dessa prática deve ser vinculada ao combate à desigualdade de gênero, promovendo o empoderamento social e econômico das mulheres.

Como proposta para combater a circuncisão feminina, observa-se uma ênfase em projetos legislativos e campanhas educativas que buscam sensibilizar as comunidades sobre os danos e consequências dessa prática. Um exemplo disso é a criação do Dia Internacional da Tolerância Zero à circuncisão feminina, celebrado no dia 6 de fevereiro, conforme a resolução 67/146 da Assembleia Geral da ONU. Esse dia tem como objetivo aumentar a conscientização social para erradicar a prática.

No artigo 160.º do Código Penal Angolano, consta o seguinte:

ARTIGO 160.º (Ofensa grave à integridade física)

1. É punido com pena de prisão de 2 a 10 anos quem ofender o corpo ou a saúde de outra pessoa de forma a provocar-lhe:

- a) Deformidade grave e permanente ou privação de órgão ou membro;
- b) Mutilação genital feminina, total ou parcial, através de clitoridectomia, de infibulação, de excisão ou de qualquer outra prática lesiva do aparelho genital feminino por razões não médicas;
- c) Diminuição ou perda permanente da saúde física ou psíquica, de um dos sentidos, de um membro, de um órgão ou de uma função;
- d) Doença particularmente dolorosa;
- e) Perigo para a vida.

2. Se a privação do órgão ou membro a que se refere a alínea

- a) do número anterior for efetuado com fim lucrativo, a pena é de prisão de 3 a 12 anos.

(CÓDIGO PENAL ANGOLANO, 2020, p.73)

Dentro do debate ético e legal, a questão da violação dos direitos das crianças é um ponto crucial, com muitos argumentando que a circuncisão, quando realizada sem consentimento, se configura como uma mutilação corporal e uma forma de tortura física. Essa visão destaca a importância de princípios como a integridade física, a autonomia corporal e o consentimento informado.

De acordo com o capítulo *Circumcision of Boys in Sweden - Proposal for Government Regulation*, na Suécia, a circuncisão masculina é um tema controverso quando atravessa as barreiras culturais e dos direitos humanos. Nesse contexto, grupos religiosos resistem à proibição da prática, considerando-a parte essencial de sua identidade. A pressão da

comunidade dificultou a implementação de uma proibição legal, mas o governo sueco exigiu que a circuncisão masculina fosse realizada em ambiente seguro e por profissionais qualificados, com o consentimento dos pais, visando minimizar danos à saúde da criança. Grupos religiosos argumentam que a proibição da circuncisão masculina violaria os direitos à liberdade religiosa. Porém, a prática é reconhecida como desprovida de valor médico no país, e a circuncisão feminina já é proibida há mais de 20 anos, levantando o questionamento: por que a circuncisão feminina é tratada com tanta severidade, enquanto a circuncisão masculina continua sendo debatida e, em alguns casos, aberta à flexibilização?

O debate legal sobre a circuncisão revela que, em alguns países, essa prática é vista como uma responsabilidade médica, focada em garantir que não haja violação dos direitos das crianças. Esses desafios éticos e legais ressaltam a necessidade de considerar a circuncisão masculina como uma possível violação corporal. Ao atravessar a autonomia do corpo, a prática pode ser encarada como uma violação dos direitos da criança, o que demanda uma conscientização maior sobre os impactos negativos dessa intervenção.

A circuncisão masculina é frequentemente descrita como uma violação dos direitos humanos quando realizada sem levar em consideração a decisão individual do sujeito. Argumenta-se que a prática não deveria ser imposta nem realizada sem o devido consentimento, o que implica considerar a liberdade individual e o direito à autonomia. Esse ponto se intensifica ao se considerar o momento em que a circuncisão ocorre: na maioria dos casos, ela é realizada no período neonatal, mas, em países como a Coreia do Sul, o procedimento é realizado entre os 12 e 14 anos, levantando questões sobre o direito de decidir sobre o próprio corpo, especialmente em relação à proteção dos direitos das crianças.

Além disso, a circuncisão é muitas vezes considerada uma forma de tortura, pois impõe um procedimento irreversível a crianças sem seu consentimento, o que pode resultar em sérios impactos negativos na vida adulta, como a redução do prazer sexual, trauma psicológico e dificuldades com a identidade. Em *Assaulted and Mutilated - A Personal Account of Circumcision Trauma*, é relatado o impacto psicológico da circuncisão masculina em menores que não têm a liberdade de decidir sobre o procedimento. O autor, um jovem doutorando, compartilha sua experiência pessoal como vítima da

circuncisão masculina, destacando os danos psicológicos que ele desenvolveu ao longo da vida e chamando a atenção para a violação dos direitos das crianças em relação a sua autonomia corporal.

Na Europa, diferentes países abordam a circuncisão feminina de maneiras distintas. Na Noruega e no Reino Unido, por exemplo, existem leis que criminalizam a prática. Apesar das leis, a circuncisão feminina ainda ocorre em comunidades fechadas, o que dificulta sua erradicação. Outro obstáculo é a falta de dados epidemiológicos concretos sobre a prática, o que torna difícil mensurar sua incidência. A necessidade de estudos aprofundados sobre os determinantes comportamentais da circuncisão feminina e a capacitação de profissionais de saúde para lidar com suas consequências físicas e psicológicas são amplamente enfatizadas.

A comparação entre a circuncisão feminina e a circuncisão masculina levanta questões centrais sobre os direitos humanos. Defensores da liberdade religiosa afirmam que proibir a circuncisão masculina violaria os direitos das comunidades judaicas e muçulmanas, que consideram o procedimento um ritual sagrado. No entanto, essa mesma lógica não se aplica à circuncisão feminina, que é vista como uma forma extrema de violência de gênero por órgãos como a ONU.

A Suécia exemplifica esse dilema ao propor regulamentações para a circuncisão masculina, exigindo que o procedimento seja realizado por profissionais qualificados, sob anestesia e com o consentimento informado dos pais. Essa abordagem visa minimizar os riscos à saúde da criança e respeitar as tradições culturais e religiosas. No entanto, críticos apontam que essa medida não protege totalmente os direitos da criança, já que o procedimento é irreversível e realizado sem o consentimento do próprio indivíduo.

Embora haja diferenças significativas entre os impactos da circuncisão feminina e da circuncisão masculina, a condenação da circuncisão feminina e a "aceitação" da circuncisão masculina revelam um paradoxo cultural e jurídico. Enquanto a circuncisão feminina é combatida com rigor por ser considerada uma violação dos direitos humanos e uma violência de gênero, a circuncisão masculina continua sendo tolerada, muitas vezes sem um questionamento profundo sobre suas implicações éticas.

O tema do consentimento é destacado ao longo da obra *Understanding Circumcision - A Multi-Disciplinary Approach to a Multi-Dimensional Problem* especialmente nos capítulos 15 e 16, ressaltando que a decisão sobre a circuncisão masculina deve ser tomada pelo próprio indivíduo, quando ele for maduro o suficiente para isso.

A circuncisão neonatal, uma prática comumente realizada nos Estados Unidos, levanta intensos debates, principalmente devido à complexa questão do consentimento e da autonomia individual. Embora muitas culturas vejam a circuncisão como uma tradição, quando considerada sob a ótica dos direitos humanos, ela é questionada, especialmente quando realizada sem justificativa terapêutica e sem o consentimento do indivíduo submetido ao procedimento.

O capítulo *Doctors, Be Warned*, da obra *Understanding Circumcision - A Multi-Disciplinary Approach to a Multi-Dimensional Problem*, discute o risco legal enfrentado pelos médicos que realizam a circuncisão sem o consentimento adequado, destacando a necessidade de uma prática médica mais cuidadosa e responsável. O consentimento informado, essencial em qualquer procedimento médico, torna-se ainda mais complexo quando envolve crianças. O caso "Re Marion", na Austrália, exemplifica essa questão, quando um tribunal determinou que, para intervenções irreversíveis e não terapêuticas, a autorização dos pais sozinha não é suficiente, "Article 12 has already had a considerable effect on Australian law. In a 1992 case (re Marion), the High Court decided that a child of sufficient competence had a right to consent to an operation. A surgeon was not permitted to perform a hysterectomy on a 12-year-old girl, even though her parents consented, and indeed wanted the operation" (2001, P. 292).

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança assegura que todas as crianças devem ter seus direitos respeitados, incluindo o direito à integridade física e ao livre desenvolvimento da personalidade. Nesse contexto, a circuncisão neonatal, especialmente quando não há justificativa terapêutica, é questionada não apenas pelos danos físicos potenciais, mas também pelo sofrimento psicológico que pode causar. Médicos que realizam tais procedimentos podem ser responsabilizados por agressão, e a prática da circuncisão pode ser vista, em muitas situações, como uma violação dos direitos humanos da criança.

5. Circuncisão em nome da tradição

Pensando na circuncisão como uma prática socialmente incorporada e que pode ser transmitida dentro de culturas específicas é possível pensar então, que o corpo passa a ser uma forma de comunicação. No corpo, estão presentes traços característicos da cultura, da maneira de pensar e da maneira de agir. Através desses traços, se faz intrínseca às técnicas corporais, a maneira como os corpos dos indivíduos em certos graus carrega consigo uma história de técnicas aprendidas, perpassadas e aperfeiçoadas de tempos. Isso contribui com a construção de significados, os quais conduzem o modo como os indivíduos tendem a construir seus pensamentos em cima das práticas corporais, mas também daquilo que está para além do físico e como as suas crenças tomam tamanho e força suficientemente capaz de passar a conduzir os modos de pensar, de agir e sentir desses indivíduos.

Com as crenças tendo seus alicerces fincados nos simbolismos e no que eles representam, os sentidos, os significados e as variadas formas de ler e interpretar o mundo também se dão através desses símbolos. Dessa forma, a comunicação entre os indivíduos é construída através de uma linguagem simbólica que permite a ações como a religiosa, por exemplo, possam estar cada vez mais interligadas na sociedade e essa linguagem simbólica advém do próprio indivíduo inserido nessa forma de pensar. A ação religiosa representa o resultado da busca do indivíduo por sentido e significado da sua própria existência. A religião, com isso, representa um grande papel na sociedade, capaz de causar mudanças sociais, políticas e culturais. No contexto judaico, a circuncisão masculina sempre foi considerada um rito essencial e uma aliança com Deus.

Paulo, um dos principais apóstolos do cristianismo, rejeitou a ideia de que a circuncisão fosse necessária para a salvação. Ele defendia que a verdadeira mudança deveria acontecer no interior de cada pessoa, em um nível espiritual, e não por meio de um rito externo. Essa visão teve um impacto profundo, ajudando os cristãos a se afastarem das práticas judaicas. Pensadores cristãos, como Justino Mártir e João Crisóstomo, continuaram a expandir esse entendimento, argumentando que a circuncisão era algo do passado, um símbolo da Antiga Aliança que já não fazia sentido. Assim, uma oposição teológica à prática foi se consolidando dentro do cristianismo, enquanto no judaísmo a

circuncisão masculina permanecia um elemento central da identidade religiosa e cultural.

A história da circuncisão também foi marcada por momentos de tensão na Europa moderna. Durante o século XVIII, o "Jew Bill" gerou polêmicas na Grã-Bretanha, com a circuncisão masculina sendo vista como um símbolo de separação entre judeus e cristãos, alimentando discursos hostis e sátiras populares. A associação entre circuncisão e o "outro" alimentou teorias conspiratórias e medos irracionais na sociedade britânica.

No século XIX, com a emancipação dos judeus na Europa, o movimento Reformista dentro do judaísmo levantou questões sobre a necessidade de manter a circuncisão masculina. Algumas correntes reformistas tentaram abolir ou modificar a prática, mas enfrentaram forte resistência. No entanto, em vez de ser rejeitada, a circuncisão masculina foi medicalizada, sendo incorporada ao discurso médico moderno, o que garantiu sua continuidade dentro do movimento Reformista.

A circuncisão masculina também teve impacto significativo em contextos não religiosos. Na Coreia do Sul, por exemplo, a prática foi adotada amplamente por influência médica e não religiosa. Diferente dos Estados Unidos, onde a circuncisão é realizada em recém-nascidos, na Coreia do Sul a idade predominante para o procedimento é entre 9 e 14 anos. Essa disseminação rápida da circuncisão está ligada a uma interpretação equivocada de estudos estrangeiros e à crença de que o procedimento está associado ao desenvolvimento moderno e à melhoria da qualidade de vida. Muitos médicos sul-coreanos acreditavam que a circuncisão era essencial para a saúde, apesar da falta de evidências científicas sólidas. O que veremos no próximo capítulo, "Circuncisão em nome da Medicina".

Na Suécia, optou-se pela não promoção da circuncisão infantil. Mas, como o país passou por um aumento na imigração de judeus e muçumanos isso trouxe um novo debate sobre a prática, mas uma vez a questão da liberdade religiosa e dos direitos da criança pode ser observado. O governo, como solução para a questão da circuncisão masculina, permitiu a circuncisão sob condições higiênicas e com anestesia, mas sem consideração pela autonomia da criança, que não pode consentir.

Em *Attitudes of Egyptian Intellectuals Towards Genital Integrity for All*, capítulo 4, da obra *Understanding Circumcision - A Multi-Disciplinary Approach to a Multi-Dimensional Problem*, a perspectiva sociocultural sobre a circuncisão masculina está ligada com o patriarcado e a construção da masculinidade, sendo a circuncisão um rito de passagem que firma o ideal de masculinidade e virilidade moldado de acordo com os padrões impostos culturalmente. Nesse capítulo, é levantado o debate sobre a relação da prática da circuncisão masculina com o patriarcado. Nesse caso, a circuncisão masculina é usada como uma forma de controle, sob a justificativa da necessidade de moldar o comportamento masculino visando um comportamento ideal, menos agressivo. As mulheres nesse contexto, acabam tendo um papel fundamental, pois são elas, as mães, as grandes incentivadoras da prática da circuncisão masculina. No caso, elas são movidas a circuncidárem seus filhos sem questionar o porquê da necessidade da prática, apenas seguem os costumes e tradições orientadas pela perspectiva de que a prática da circuncisão masculina é algo benéfico para a saúde de seus filhos.

O debate sobre a circuncisão se expande para questões de gênero e direitos humanos, como evidenciado na discussão sobre a circuncisão feminina no Egito, capítulo 5 da obra *Understanding Circumcision - A Multi-Disciplinary Approach to a Multi-Dimensional Problem*. A prática é vista como um rito de separação entre meninos e a figura materna, reforçando normas patriarcais e o controle sobre os corpos masculinos e femininos. Nesse capítulo, a prática da circuncisão masculina é questionada como uma imposição cultural e social, usada para reafirmar a masculinidade e a dominação patriarcal. “Delegating women to reproduce and guard patriarchal norms and gender power balance is part of traditional gender power politics. Thus, if a father leaves the decision of MGM to the mother, it means that he leaves it to society. She has actually no say in the matter, even if it appears on the surface that she is the decision-maker. This is also the case with FGM” (2001, P.91).

No contexto da circuncisão feminina, iniciativas em países como a Somália buscaram alternativas para substituir práticas danosas. A introdução da "sunna gudnin", um ritual menos invasivo, é usado como uma forma de contornar a dificuldade em acabar com a prática da circuncisão, dessa forma, cria-se alternativas menos invasivas sem a necessidade de banir completamente a prática. Essa estratégia também foi adotada em

outros países africanos, onde rituais “educativos” substituem a circuncisão feminina, considerada nesses casos como uma mutilação.

Segundo Alessandra Gando Guerra, em *Uma questão controversa: a circuncisão feminina no Quênia*, o rito de passagem da circuncisão entre os Kikuyus, se dá tanto para as mulheres quanto para os homens, simbolizando o renascimento desses indivíduos e a partir disso o casamento torna-se possível. Para os Kikuyus, a circuncisão define sua identidade social, dessa forma a não circuncisão implicaria na desestruturação da sociedade, sendo considerado uma ofensa aos seus ancestrais. É esse rito de passagem que marca de forma identitária o funcionamento da comunidade, sendo importante para que outros processos ocorram, como o casamento e a reprodução. Um Kikuyu que não participa desse rito fica impedido de participar de outros, como o casamento, podendo até correr o risco de não ser considerado membro da comunidade.

De acordo com Guerra, os Kikuyus passaram por um processo de colonização que implicou em divergências quanto a prática social da circuncisão feminina. Com a colonização, essa comunidade estava exposta aos costumes e crenças dos missionários que viam a circuncisão feminina como algo bárbaro e incompatível com o cristianismo. Num primeiro momento, os Kikuyus tiveram uma identificação com os escritos bíblicos por estes possuírem uma narrativa que se aproximava da história deles próprios. Os problemas começaram quando os missionários quiseram eliminar práticas e valores da comunidade, pois essas práticas e valores seriam supersticiosas e ineficazes; práticas não cristãs deveriam acabar. Por conseguinte, houve uma imposição de um pensamento ocidental frente as práticas ritualísticas dos Kikuyus, não levando em consideração as implicações sociais da circuncisão feminina e sua importância para a comunidade.

Uma das visões que a autora trás sobre a circuncisão feminina quando fala sobre a discussão contemporânea em relação a essa prática, é de que no islã ela é considerada como uma forma de conter a impureza que estaria presente no órgão genital feminino, dessa maneira a mulher poderia exercer seu “papel como mulher”: tarefas domésticas, procriação, etc. Diferentemente, em relação ao homem, a circuncisão simboliza sua liberdade para explorar a vida, pois sua genitália não teria mais similaridade alguma com a genitália feminina, isso porque o prepúcio é visto como algo próximo a genitália feminina.

Tendo esse estudo sobre a circuncisão entre os Kikuyus como um exemplo, podemos pensar a prática da circuncisão como sendo parte das visões construídas do indivíduo sobre si mesmo juntamente com suas experiências obtidas a partir do externo, do coletivo, e que de certa forma, é uma percepção do indivíduo na busca de sua essência e no modo como esse indivíduo se relaciona e interage com o mundo, não deixando de ser racional, pois é através dessa razão que o ser busca se orientar no mundo - orientação essa que se dá através da cultura, da religião, do coletivo do qual o indivíduo faz parte - . A teia de significados que passa a ser construída em cima das motivações culturais e religiosas está totalmente relacionada com os modos de interpretar e dar sentido ao mundo. São as visões construídas juntamente com as experiências obtidas a partir do externo que moldam a percepção do indivíduo na busca de sua essência e no modo como o mesmo se relaciona e interage com o mundo. As crenças, dessa forma, impactam na maneira como as sociedades são e estão estruturadas.

Segundo Fadwa El Guindi em “Female circumcision: multicultural perspectives. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006. Chapter 2 "Had This Been Your Face, Would You Leave It As Is?" Female Circumcision Among The Nubians of Egypt”, para os Núbios a circuncisão masculina e feminina são uma prática culturalmente equivalente, tendo um papel socialmente estrutural por representar um rito de passagem.

Guindi traz quatro dimensões sobre a circuncisão feminina: *Beautification for Sexual Pleasure, The Women's World, Demasculinization e The Islamic Rationale*.

Beautification for Sexual Pleasure, existe uma relação entre prazer, casamento e os significados sexuais da circuncisão feminina entre os Núbios. Segundo Guindi, há a necessidade de alguns homens Núbios precisarem passar longos períodos fora da sua comunidade a fim de trabalho. Geralmente alguns desses homens vão para o Cairo onde há mulheres não circuncidadas, sendo vistas como “largas” pelas mulheres Núbias.

Entre as mulheres Núbias, a circuncisão está ligada a necessidade de proporcionar prazer sexual de acordo com o que se entenderia por uma prática sexual mais prazerosa, para isso, o canal vaginal deve ser mais “apertado”. Essa ideia de prazer está ligada com o prazer do homem, ao proporcionar prazer ao homem proporciona prazer a mulher.

Apesar disso, entre os Núbios a relação sexual é integrativa e mútua e são estimuladas através de movimentos corporais eróticos, não se tratando de uma busca individualizada do prazer. Para Guindi, a circuncisão feminina entre os Núbios pode ser comparada ao aumento dos seios na América no que diz respeito à importância cultural atribuída a uma parte do corpo feminino tendo a finalidade de aperfeiçoamento dessa mesma parte. Guindi traz como dimensão central da cultura Árabe e Africana a relação do sexo e da sensualidade em detrimento de uma aceitação social em grupos de mulheres onde se discutem como ser esse “objeto de desejo” ideal.

The Women 's World, “[...] the sexualizing ritual of female circumcision is neither initiated by nor intended to appeal to men; it is the women's concern” (P.35). A prática da CF entre mulheres árabes é estimulada pelas mulheres, sendo que na maioria dos casos os homens desconhecem a prática. Entre as mulheres Núbias a circuncisão feminina está associada com o aprimoramento da beleza feminina.

Demasculinization, segundo Abusharaf, na África há uma visão predominante de que o processo de circuncisão feminina desmasculiniza a mulher e a circuncisão masculina desfeminiza o homem. A circuncisão feminina, além de ser vista como um aspecto de beleza e feminização, também é destinada a controlar a energia sexual das jovens até o casamento. Não se considera que o objetivo seja reduzir permanentemente a sexualidade das mulheres. Pelo contrário, a circuncisão é vista como um meio para regular a energia sexual durante o período antes do casamento, com a intenção de promover o prazer sexual dentro do casamento.

No entanto, há preocupações de que o procedimento possa ter consequências não intencionais, como diminuir permanentemente a sexualidade feminina, algo que preocupa algumas mulheres árabes. Algumas meninas encontram na experiência uma relação traumática e podem lembrar-se disso ao longo da vida. Em certos casos, meninas que resistem fisicamente à cirurgia podem acabar sofrendo cortes mais extensivos do que aquelas que aceitam o procedimento silenciosamente.

Na cultura egípcia, tanto árabe quanto dos Núbios, há três rituais distintos que marcam o ciclo de vida masculino e feminino: a diferenciação dos sexos ritualizada no sétimo dia após o nascimento, a sexualização através dos rituais de circuncisão, e a maturidade alcançada pelos rituais de casamento. A sexualidade forte, ativa e diferenciada dentro do

casamento é valorizada e culturalmente promovida entre as mulheres, que aprendem sobre diálogos eróticos elaborados, comportamentos sexuais e alimentos que podem melhorar a experiência sexual. A distinção sutil entre diminuir a sexualidade feminina e temporariamente regular a energia sexual de uma virgem é crucial, especialmente dentro de uma cultura que valoriza o prazer sexual e reconhece seu papel natural na vida humana.

The Islamic Rationale, segundo a autora, a realização sexual para o Islã é um direito da mulher podendo resultar em divórcio caso haja problemas consideráveis em relação a esse cumprimento. O Islã não condena a prática sexual dentro do casamento como algo impuro, o desejo sexual tanto da mulher como do homem é reconhecido pelo Islã.

De acordo com Guindi, no Sudão, assim como entre os Núbios no Egito, a forma menos invasiva da circuncisão feminina, categorizada medicamente como excisão, é referida como "sunna". O termo "sunna" possui múltiplos significados. Tecnicamente, significa "o caminho do Profeta": os ditos e práticas de Muhammad que servem como padrão ideal e modelo para o comportamento muçulmano. Estes são registrados nos compêndios de hadith, narrativas islâmicas compiladas pelos seguidores do Profeta, que são considerados uma autoridade crucial para o ensino islâmico, embora não sejam revelações divinas como o Alcorão. Os hadiths, sendo textos históricos, são sujeitos a interpretação e refletem diferentes pontos de vista.

No contexto sudanês, o termo "sunna" é usado para descrever uma forma de circuncisão menos severa do que a infibulação, sugerindo assim uma aceitação islâmica dessa prática. Embora não seja considerado obrigatório, o uso do termo valida a prática para a maioria dos muçulmanos no Sudão. Sem entrar na etimologia dos termos usados para descrever a prática, o próprio termo "sunna" implica uma base islâmica, cuja legitimidade raramente é questionada.

Os Núbios possuem dois tipos de procedimentos de circuncisão feminina. O método mais antigo, conhecido na terminologia médica ocidental como infibulação, envolve a remoção extensiva de toda a genitália externa e a sutura da abertura vaginal, deixando apenas pequenas aberturas para urinação e menstruação. Entre os Núbios, isso é chamado de "circuncisão faraônica". Segundo Guindi, uma forma menos severa foi introduzida no final dos anos 1950 ou início dos anos 1960. Eles a denominam

"circuncisão de nylon". Essa forma de excisão é mais invasiva do que a versão mais comum no Baixo Egito, que consiste em cortar apenas a ponta da pele ou do capuz sobre o clitóris, similar à circuncisão do prepúcio masculino, a prática é um procedimento de modificação ou reconstituição dos tecidos genitais utilizando fios de nylon.

A adoção da circuncisão de nylon em substituição à prática faraônica ocorreu naturalmente, como parte das mudanças costumeiras, e foi influenciada por vários fatores. Esta transformação significativa não foi planejada; não houve movimento organizado ou consciente, e nenhum grupo ou indivíduo estrangeiro interveio para promovê-la. As mulheres Núbios lideraram essa mudança por iniciativa própria, provavelmente devido à influência cultural de seus migrantes. Essa mudança ocorreu em detrimento de problemas que começaram a surgir com a prática da infibulação. Algumas mulheres Núbios começaram a apresentar complicações no parto e nas relações sexuais, dessa forma, foi preciso pensar em adotar uma nova prática de circuncisão menos danosa, no caso, a "circuncisão de nylon" que com o tempo se tornou a única forma de circuncisão realizada.

As razões para a prática da circuncisão feminina são variadas. Muitas vezes, ela é vista como parte de uma crença sociocultural que busca controlar a sexualidade feminina ou garantir a "pureza" das mulheres. Em algumas culturas, também há justificativas estéticas ou até religiosas. Porém, vale ressaltar que nenhuma religião endossa explicitamente a circuncisão feminina. Mulheres e meninas que passaram por essa experiência frequentemente compartilham histórias de sofrimento e trauma, levantando movimentos de conscientização e se tornando defensoras da abolição da prática, em contrapartida, há mulheres, como vimos no caso dos Núbios, que exaltam a prática como essencial para sua autoestima e autorrealização seja ela social ou sexual.

Sob essa perspectiva, nota-se que o indivíduo nunca está totalmente livre do social, suas ações, suas escolhas se dão através de um leque de possibilidades que dependem do seu gênero, da sua raça e da sua classe, esse leque é limitado no que tange essas características das relações sociais existentes.

6. Circuncisão em nome da Medicina

A ideia de que a circuncisão tem benefícios médicos é amplamente debatida e contestada (Capítulos 3, 4, 8, 10, 12). Alguns capítulos da obra *Understanding Circumcision - A Multi-Disciplinary Approach to a Multi-Dimensional Problem* mencionam que a prática foi promovida por discursos médicos baseados em desinformação ou valores ultrapassados.

Historicamente, a circuncisão masculina tem sido justificada por uma série de argumentos médicos, sociais e culturais, que mudaram ao longo do tempo. Inicialmente, a prática era defendida como uma forma de prevenir o onanismo, a enurese e a impotência, ideias que foram posteriormente rejeitadas. No entanto, a necessidade de uma justificativa contínua levou à adoção de novas razões, como a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, como o HIV e outras ISTs, apesar da falta de evidências conclusivas.

Um dos argumentos frequentemente utilizados em favor da circuncisão masculina é a ideia de que ela pode ser utilizada para a prevenção do HIV. Existem estudos que sugerem uma redução nas infecções entre homens circuncidados em algumas regiões da África. Essa associação, no entanto, é questionada quando aplicada a países desenvolvidos, onde os métodos de prevenção, como preservativos, são mais acessíveis e eficazes. Estudos semelhantes foram realizados na Coreia do Sul, mas contestados quando comparados aos realizados no Japão. Alegava-se que a baixa incidência de HIV na Coreia do Sul se devia à circuncisão masculina, enquanto, no Japão, a maioria da população masculina não é circuncidada, mas a taxa de HIV permanece igualmente baixa. Além disso, essa justificativa ignora os riscos e complicações do procedimento, bem como os dilemas éticos relacionados à circuncisão infantil para prevenir uma doença na vida adulta.

A Coreia do Sul oferece um exemplo interessante sobre a influência equivocada de estudos estrangeiros sobre a prática da circuncisão masculina. Médicos sul-coreanos adotam a circuncisão com base em pesquisas realizadas em outros países, mas esses estudos carecem de uma boa interpretação e distorcem as recomendações feitas pelos Estados Unidos, especialmente no que diz respeito ao uso de anestesia local para a circuncisão neonatal. A popularização da circuncisão na Coreia do Sul está relacionada

ao desenvolvimento industrial e à modernização do país. A utilização de estudos africanos sobre a relação entre circuncisão e redução do HIV também contribuiu para justificar a circuncisão universal, sem considerar que países como o Japão, que não adotam essa prática em larga escala, mantêm uma baixa taxa de infecção.

Na Coreia do Sul, a prática da circuncisão masculina é uma particularidade, com uma taxa de realização superior a 100%, devido às influências médicas e sociais. Ao contrário de outros países, onde a circuncisão neonatal é o padrão, na Coreia do Sul, ela é geralmente realizada entre os 9 e 14 anos, com maior incidência aos 12 anos. Essa prática não tem raízes religiosas, mas sim médicas e culturais. As consequências psicológicas e sociais dessa abordagem são apontadas no capítulo *Male Circumcision in South Korea: History, Statistics, and the Role of Doctors in Creating a Circumcision Rate of Over 100%*, da obra *Understanding Circumcision - A Multi-Disciplinary Approach to a Multi-Dimensional Problem* ressaltando que a circuncisão tardia, realizada durante a pré-adolescência, gera uma pressão social significativa sobre os meninos. Aqueles que já passaram pelo procedimento frequentemente encorajam ou pressionam seus colegas a se submeterem à circuncisão, criando um ciclo de coerção social. Essa pressão também se prolonga na vida adulta, com homens circuncidados influenciando aqueles que ainda possuem o prepúcio, reforçando um ideal de conformidade dentro da sociedade sul-coreana.

Além do impacto social, há efeitos psicológicos individuais significativos. A circuncisão tardia pode ser traumática, principalmente por ocorrer em um período de grande vulnerabilidade emocional. Estudos apontam que homens circuncidados relatam mudanças na sensibilidade sexual, maior necessidade de lubrificação e insatisfação com o orgasmo. Ademais, há evidências de que a remoção do prepúcio afeta a inervação do pênis, comprometendo a experiência sensorial. No entanto, muitos homens não conseguem identificar esses efeitos devido à falta de conhecimento sobre a anatomia peniana intacta.

No capítulo *Doctors Be Warned - Circumcise Today, and You Could Be Sued Tomorrow* (Capítulo 16), da obra *Understanding Circumcision - A Multi-Disciplinary Approach to a Multi-Dimensional Problem*, é levantada a crítica sobre médicos que realizam a circuncisão masculina sem uma justificativa legal. Como a circuncisão pode ser considerada uma intervenção não terapêutica e potencialmente prejudicial, ela pode

resultar em processos judiciais por violar os direitos das crianças, além de gerar diversos malefícios comprovados à saúde do indivíduo circuncidado, como danos psicológicos ao longo da vida, estresse pós-traumático e alterações na sensibilidade do pênis, afetando a excitação e a masturbação.

O debate médico e legal em torno da circuncisão também envolve a liberdade religiosa, com argumentos defendendo que essa liberdade não deve sobrepor o direito da criança ao seu próprio corpo. ‘’The United Nations Convention on the Rights of the Child recognizes the child's right to autonomy and bodily integrity - rights violated by forced genital cutting’’ (2001, P. 7).

O impacto psicológico da circuncisão masculina também se reflete na maneira como os homens percebem sua identidade e sexualidade. O relato de um estudante de doutorado de 27 anos, capítulo 15, revela que a circuncisão tardia pode ser sentida como uma agressão e mutilação, deixando marcas emocionais duradouras. Isso evidencia que a circuncisão, quando realizada sem o pleno consentimento e compreensão do sujeito, pode se tornar um fator de trauma psicológico.

Como foi possível notar ao longo da obra *Understanding Circumcision - A Multi-Disciplinary Approach to a Multi-Dimensional Problem* apesar de alguns médicos defenderem a prática com base em argumentos questionáveis e contestados, existe um movimento que enfatiza a importância do consentimento informado, bem como a consideração dos impactos sexuais e psicológicos a longo prazo. O estudo da anatomia peniana e das funções do prepúcio reforça a necessidade de uma abordagem mais criteriosa sobre a circuncisão, garantindo que os indivíduos possam decidir conscientemente sobre seu próprio corpo.

Um dos argumentos mais comuns a favor da circuncisão masculina é a prevenção do câncer peniano, mas a incidência dessa doença é extremamente baixa, mesmo em países com taxas de circuncisão reduzidas, como a Finlândia. A relação entre circuncisão masculina e redução do câncer cervical em parceiras também é fraca e não sustentada por evidências significativas. Quanto às infecções do trato urinário, há estudos que sugerem um risco ligeiramente maior em meninos não circuncidados, mas o custo do procedimento supera em muito o custo do tratamento dessas infecções.

Na Nova Zelândia, a circuncisão masculina foi implementada no período pós-guerra, sob alegação de melhorar a higiene e prevenir doenças sexualmente transmissíveis. Contudo, a prática não durou muito, pois estudos realizados entre as décadas de 1950 e 1960 demonstraram que a remoção do prepúcio não oferecia benefícios médicos significativos. Ainda assim, a circuncisão é realizada em algumas comunidades imigrantes, especialmente entre os polinésios, que consideram a prática um rito de passagem.

Em países como a Austrália, a circuncisão foi promovida por décadas como uma medida extrema para evitar a masturbação e problemas de higiene. No entanto, algumas tentativas de equiparar a prática com a circuncisão feminina foram rejeitadas, argumentando que a circuncisão feminina causa danos irreversíveis à função sexual e à saúde da mulher, enquanto a circuncisão masculina é frequentemente considerada menos invasiva. Contudo, críticos apontam que ambas as práticas envolvem a remoção de tecido genital sem o consentimento do indivíduo, configurando uma violação dos direitos humanos.

Quando se trata da circuncisão masculina, a medicina geralmente a enxerga sob uma ótica de saúde pública e prevenção de doenças, como a prevenção de infecções urinárias ou doenças sexualmente transmissíveis. Esse enfoque é mais frequentemente aceito nas sociedades ocidentais, que possibilita à circuncisão masculina a realização da prática através de um procedimento médico, mesmo que envolva uma modificação no corpo humano.

No entanto, a circuncisão feminina é raramente associada ao campo da medicina. A medicina ocidental não reconhece a circuncisão feminina como um procedimento aceitável, e as complicações associadas à prática, como visto ao longo desse trabalho, são usadas como argumentos para sua erradicação. A proposta de considerar a circuncisão feminina como uma prática médica de modificação genital tem sido descartada, dado que, na maioria dos casos, ela é vista como mutiladora e prejudicial à saúde da mulher.

O argumento utilizado pela ONU contra a medicalização da circuncisão feminina é que ela não torna a prática segura e pode até mesmo legitimá-la, violando os direitos das mulheres e o código de conduta dos profissionais de saúde, em contrapartida, a ONU ressalta que a circuncisão masculina é um recurso importante na prevenção do HIV.

Mas, como apontado na obra *Understanding Circumcision - A Multi-Disciplinary Approach to a Multi-Dimensional Problem* : “The United Nations Convention on the Rights of the Child recognizes the child's right to autonomy and bodily integrity - rights violated by forced genital cutting” (2001, P. 7), através dessa lógica podemos pensar a prática da circuncisão masculina como uma violação dos direitos humanos, tanto quanto a circuncisão feminina. No entanto, ao mesmo tempo em que a prática da circuncisão masculina é defendida em prol da saúde sob o argumento da prevenção do HIV, a circuncisão feminina ocorre de forma clandestina, por não ser uma prática legalizada e devidamente medicalizada, expondo mulheres e meninas a uma maior probabilidade de contrair HIV, isso devido às condições em que a prática ocorre, muitas vezes com ferramentas não esterilizadas. Segundo o Fundo de População das Nações Unidas, embora não haja uma associação clara entre circuncisão feminina e HIV, certos fatores, como o uso de instrumentos compartilhados, podem aumentar o risco de infecção.

4. Conclusão

O objetivo desse trabalho foi traçar um panorama do que foi pesquisado ao longo de dois semestres sobre a circuncisão. Inicialmente, a pesquisa focava na circuncisão feminina e suas implicações culturais e religiosas, tendo o intuito de entender até que ponto a circuncisão feminina poderia ser vista como uma violência de gênero. Ao longo da pesquisa, revelaram-se fatores importantes no que tange aos aspectos da prática e o modo como ela é vivenciada e percebida pelos indivíduos. O estudo conduziu, aos poucos, o olhar sobre a circuncisão masculina, nos mostrando como ela exerce um papel fundamental para entender, de maneira mais ampla, os impactos de práticas corporais como a circuncisão nos âmbitos religioso, cultural, médico e jurídico.

Os contrastes que surgiram entre a circuncisão feminina e a circuncisão masculina redirecionaram a perspectiva inicial da pesquisa, levantando questões como: a maneira pela qual a circuncisão feminina é tratada em relação à masculina não estaria, de certa forma, evidenciando uma possível desigualdade de gênero?

O pressuposto inicial ao pesquisar sobre circuncisão era de que a prática em si seria uma possível violência de gênero; no entanto, foi possível observar que o ritual da circuncisão tanto feminina quanto masculina, exerce um papel identitário fundamental na constituição do indivíduo, muitas vezes tendo a mesma equivalência em grau de

importância, sem uma distinção de gênero demarcada. A pergunta, então, se refaz ao observar que há distinção de gênero sobre o olhar ocidental que recai sobre a prática.

A circuncisão masculina é debatida e analisada sob diversas perspectivas, levantando uma discussão constante sobre sua relevância. Ela deve ou não ser aceita? Ela deve ser criminalizada? Ela deve ser medicalizada?

Todo esse debate, ao final, nos conduz para o entendimento que a circuncisão masculina é, de certa forma, aceita, legalizada e medicalizada, permitindo que a prática ocorra com maior segurança e controle. Ela é controlada a partir da sua legalização, diferentemente da circuncisão feminina, que tenta ser controlada a partir de sua criminalização. Diante disso, não haveria uma violência em detrimento de uma desigualdade de gênero contida neste ato?

O debate que gira em torno da circuncisão feminina é incisivo contra a prática, não abrindo tanto espaço para discussão, como ocorre com a circuncisão masculina. Por fim, a partir do que foi feito aqui, pretende-se responder a essa pergunta central, dando continuidade à pesquisa no mestrado.

5. Referências Bibliográficas

ABUSHARAF, Rogaia Mustafa (org.). *Female circumcision: multicultural perspectives*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006.

Askew I, Chaiban T, Kalasa B, et al. A repeat call for complete abandonment of FGM. *Journal of Medical Ethics*, 2016;42:619-620.

Committee on Economic, Social and Cultural Rights. General Comment No. 14. The right to the highest attainable standard of health. UN Doc. E/C. 12/2000/4.

Committee on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women. General Recommendation No. 14, Female circumcision. General Recommendation No. 19, Violence against women. General Recommendation No. 24, Women and health.

Demographic Perspectives on Female Genital Mutilation. New York, UNFPA, 2015.

DENNISTON, G, HODGES, F, MILOS, M. *Understanding Circumcision: A multi-Diciplinary Approach to a Multi-Dimensional Problem*. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, 2001.

ECOSOC document E/CN.4/Sub.2/1999/14: "Third report on the situation regarding the elimination of traditional practices affecting the health of women and the girl child", by Ms. Halima Embarek Warzazi, pursuant to sub-commission resolution 1998/16.

Eliminating Female Genital Mutilation: An interagency statement. WHO, 2008.

E. Leye, K. Roelens, M. Temmerman. Medical aspects of female genital mutilation.

International Center for Reproductive Health, University of Gent, 1998.

Female Genital Mutilation: A Joint WHO/UNICEF/UNFPA Statement. WHO, 1997.

Female Genital Mutilation: The Practice WHO Information Package. WHO, 1994.

Female Genital Mutilation/Cutting: A Statistical Overview and Exploration of the Dynamics of Change. New York, UNICEF, 2013.

General Assembly document A/C.3/54/C.13. Traditional or customary practices affecting the health of women and girls.

Global Strategy to Stop Health-Care Providers from Performing FGM. WHO, 2010.

Human Rights Committee. General Comment No. 20. Prohibition of torture and cruel treatment or punishment. General Comment No. 28. Equality of rights between men and women. CCPR/C/21/rev.1/Add.10.

Implementation of the International and Regional Human Rights Framework for the Elimination of Female Genital Mutilation. New York, UNFPA, 2014.

Jacqueline Smith. Visions and Discussions on Genital Mutilation of Girls, An International Survey. 1995.

Knauth DR, Machado PS. "Corrigir, prevenir, fazer corpo": a circuncisão masculina como estratégia de prevenção do HIV/AIDS e as intervenções cirúrgicas em crianças intersex. *Sex, Salud Soc (Rio J)* [Internet]. 2013Aug;(14):229–41. Available from: <https://doi.org/10.1590/S1984-64872013000200010>.

Korkes, F., Silva II, J. L., & Pompeo, A. C. L.. (2012). Circuncisão por motivos médicos no sistema público de saúde do Brasil: epidemiologia e tendências. *Einstein* (São Paulo), 10(3), 342–346. <https://doi.org/10.1590/S1679-45082012000300015>.

Lenine, E., Djú, I., & Gonçalves, E. de A.. (2023). Mutilação genital feminina: feminismos ocidentais, africanos e multiculturais. *Revista Direito E Práxis*, 14(4), 2262–2292. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2022/63345>.

M. de Bruyn. Socio-cultural aspects of female genital cutting. KIT, 1998.

M. Hekmati. Towards the Eradication of Female Genital Mutilation in Egypt. 1999.

Nahid Toubia. Caring for women with circumcision. A technical manual for healthcare providers. Rainbo, 1999.

Palhares, D., & Squinca, F.. (2013). Os desafios éticos da mutilação genital feminina e da circuncisão masculina. *Revista Bioética*, 21(3), 432–437.

Prof. H. Rushwan. FGC management during pregnancy, childbirth and post-partum period. Background paper for WHO Consultation, Geneva, 1997.

S. Izett, N. Toubia. Learning about social change. A research and evaluation guidebook using female circumcision as a case study. Rainbo, 1999.

SILVERMAN, Eric K. Anthropology and circumcision. Annual Review of Anthropology, v.22, p.419-445, 2004.

Uma questão controversa: a circuncisão feminina no Quênia/ Alessandra Gando Guerra. – Guarulhos, 2016.